

# LAUDO APONTA QUE ADOLESCENTE FOI ESTUPRADA ANTES DE SER MORTA

O caso brutal que chocou o Brasil ganha novos detalhes macabros após o laudo da Politec apontar que a adolescente Heloysa Maria Alencastro de Souza foi estuprada antes de morrer. A adolescente foi morta na última terça-feira, 22 de abril, e seu corpo desovado em um poço no bairro Ribeirão do Lipa, em Cuiabá. A declaração foi dada pelo delegado Guilherme Bertoli. Até o momento, duas pessoas, pai e filho estão presos pelo envolvimento na morte de Heloysa e outros dois adolescentes estão apreendidos. Benedito Anunciação de Santana, de 40 anos e seu filho, Gustavo Benedito Junior Lara de Santana, de 18, tiveram suas prisões em flagrante convertidas para preventiva após audiência de custódia

PÁG. 5



Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso

## FERNANDO COLLOR É PRESO EM MACEIÓ

O ex-presidente Fernando Collor foi preso na manhã de sexta-feira (25), em Maceió, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. A prisão ocorre após a condenação de Collor, em 2023, a 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a

acusação, ele recebeu R\$ 20 milhões em propinas por contratos da BR Distribuidora. De acordo com a defesa, Collor se deslocava para Brasília para cumprir espontaneamente a decisão judicial. Ele é o terceiro ex-presidente preso desde a redemocratização do país

PÁG. 4

Marcelo Camargo | Agência Brasil



## Processo de Éder será julgado pelo TJ

A juíza Alethea Assunção Santos, da 7ª Vara Criminal de Cuiabá, enviou ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso o processo contra o ex-secretário Éder de Moraes e o ex-deputado Percival Muniz. Ambos são acusados de participar de um esquema que desviou R\$ 12 milhões dos cofres públicos entre 2008 e 2009. A magis-

trada reconheceu que os crimes investigados teriam sido cometidos durante o exercício dos cargos, o que exige julgamento pela Corte. Outras seis pessoas são citadas na ação, entre elas dois réus que firmaram acordo com o Ministério Público e dois que tiveram a pena prescrita

PÁG. 4

## Cesta básica continua cara em Cuiabá

Mesmo com leve alta de R\$ 0,27 na semana, a cesta básica alcançou o maior valor já registrado pelo IPF-MT: R\$ 844,31. O preço representa aumento de 12,54% em relação a abril de 2024. A queda no valor da carne bovina (-4,14%) seguiu uma elevação maior, segundo a Fecomércio-MT. Em contrapartida, sete dos 13 itens subi-

ram, com destaque para o tomate (+4,79%), batata (+4,74%) e banana (+4,91%). Fatores climáticos e o fim de safra explicam as altas. A entidade reforça que a inflação tem forçado mudanças no consumo alimentar da população, que passou a comprar menos e priorizar outros itens

PÁG. 3

## ETAPA REGIONAL DOS JOGOS ESCOLARES COMEÇA EM NOVA MUTUM

PÁG. 6



## MULHER É ESFAQUEADA PELO MARIDO

PÁG. 5



EDITORIAL

Economia cuiabana

Cuiabá vive um momento econômico que, embora não seja alarmante, exige atenção redobrada por parte do poder público, do setor produtivo e das famílias. O custo da cesta básica atingiu, nesta quarta semana de abril, o maior valor já registrado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT (IPF-MT): R\$ 844,31. Embora o aumento semanal tenha sido de apenas R\$ 0,27 — um tímido 0,03% —, o valor atual representa uma elevação de 12,54% em relação a abril de 2024. Em um cenário de inflação persistente e crédito encarecido, cada centavo faz diferença no orçamento das famílias.

Não é apenas o acumulado que preocupa. Produtos essenciais como tomate, batata e banana seguem registrando aumentos sucessivos. São alimentos que compõem a base da alimentação do brasileiro médio e que, por fatores sazonais e climáticos, vêm

ficando cada vez mais caros. A carne bovina, apesar de uma queda pontual nesta semana, tem sido substituída por proteínas mais acessíveis, sinal de que o consumidor tem ajustado sua dieta para caber no bolso.

Esses ajustes são visíveis também em outro indicador importante: a Intenção de Consumo das Famílias (ICF). O índice recuou pelo quinto mês consecutivo em Cuiabá, chegando a 107,2 pontos. A queda acumulada desde dezembro é de 8%, e já se nota uma retração até mesmo na comparação com abril do ano passado. Embora o número ainda permaneça acima da linha de otimismo — marcada pelos 100 pontos —, a tendência de queda acende um alerta sobre o comportamento do consumidor e as expectativas para o curto prazo.

Os subsídios reforçam o cenário de cautela: “Compra a Prazo” e “Momento para Duráveis” puxaram a retração. Isso mostra

que as famílias cuiabanas estão adiando compras mais robustas, como eletrodomésticos e móveis, e priorizando o básico. A avaliação da renda, embora tenha tido leve melhora, ainda não se traduz em maior confiança ou disposição para consumir.

Neste contexto, a atuação dos entes públicos se faz ainda mais necessária. É preciso pensar em políticas de estímulo à economia local, que vão desde o apoio direto ao comércio até a ampliação de programas de proteção ao consumidor vulnerável. A manutenção de juros elevados para conter a inflação tem seu papel, mas seus efeitos sobre o consumo são claros e limitam o crescimento econômico.

Se o momento exige cautela, ele também demanda responsabilidade e visão estratégica. Cuiabá precisa de ações firmes para atravessar esse período sem que seus cidadãos tenham que escolher entre pagar contas ou encher a despensa.

Hipertensão

Fernanda Teixeira (\*)

No dia 26 de abril, é celebrado o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, uma data que reforça a importância do diagnóstico precoce, da vigilância contínua e da mudança de hábitos para prevenir complicações graves causadas por essa condição silenciosa.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) afeta aproximadamente 1 em cada 3 brasileiros adultos. Trata-se de uma doença crônica, multifatorial e muitas vezes assintomática, que pode evoluir para infarto, AVC, insuficiência cardíaca, doença renal crônica e distúrbios cognitivos, quando não identificada e controlada adequadamente.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a aferição da pressão arterial deve começar a partir dos 18 anos de idade, mesmo na ausência de sintomas. Em indivíduos com histórico familiar de hipertensão — especialmente quando os pais são hipertensos — ou com fatores de risco como obesidade, diabetes, dislipidemia e sedentarismo, a vigilância deve ser ainda mais rigorosa e antecipada.

O controle efetivo da hipertensão não depende apenas do diagnóstico, mas também do acompanhamento médico contínuo e da definição de metas pressóricas personalizadas. Para a maioria dos adultos, a meta é manter a pressão arterial abaixo de 140/90 mmHg. Entretanto, em pacientes com comorbidades como diabetes, doença renal crônica ou risco cardiovascular elevado, recomenda-se atingir níveis inferiores a 130/80 mmHg, sempre com monitoramento médico para

avaliar tolerabilidade e adesão terapêutica.

O tratamento da hipertensão envolve, quando necessário, o uso de medicamentos anti-hipertensivos. No entanto, os hábitos de vida saudáveis são imprescindíveis tanto na prevenção quanto no controle da pressão arterial:

- Reduzir o consumo de sal (idealmente menos de 5g/dia);
- Manter uma alimentação balanceada, rica em frutas, legumes e grãos integrais;
- Praticar atividade física regularmente (150 minutos por semana);
- Controlar o peso corporal;
- Abandonar o tabagismo e moderar o consumo de álcool;
- Gerenciar o estresse e preservar a qualidade do sono.

A hipertensão arterial não precisa ser uma sentença. Quando identificada precocemente e acompanhada adequadamente, é possível viver bem, com qualidade e longevidade. A adesão ao tratamento, o autocuidado e o engajamento com a própria saúde são pilares para evitar complicações.

Neste Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, cuide do seu coração e incentive os que estão ao seu redor a fazerem o mesmo. Um simples gesto, como aferir a pressão, pode salvar vidas.

*\*FERNANDA TEIXEIRA é formada em Medicina pela UFMT, especialista em Clínica Médica pela Unifesp, em Cardiologia pelo instituto Dante Pazzanese e atua no Hospital Amecor, em Cuiabá (MT)*

Pressão arterial

Max Lima (\*)

Sabe-se que a pressão alta é a vilã de até 80% dos casos de derrame cerebral e 60% dos casos de ataque cardíaco registrados no país.

E pasmem que mais de 50% da população não sabe que tem pressão alta e nem fazem check-up uma vez por ano no cardiologista.

Para alertar a população foi instituída pela Lei nº 10.439/2002 no dia 26 de abril - o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial.

Nesta data acontece a campanha nacional em todo o Brasil com aferições de pressão e orientações para a população de forma gratuita.

A ideia é justamente conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico preventivo e do tratamento da doença, visto que é uma doença que acomete mais de 30% da população adulta no Brasil e no mundo.

O diagnóstico é feito por meio da medida da pressão arterial (PA) com um aparelho chamado esfigmomanômetro.

A pressão ideal é a conhecida 120 por 80 milímetros de mercúrio (mmHg), ou “12 por 8”.

Para quem já é hipertenso diagnosticado, pode ser considerado aceitável 140 e/ou 90 mmHg, ou “14 por 9”. No caso dos pré-hipertensos (PA= 130 a 139 por 80 a 89 mmHg). Precisam de acompanhamentos.



SINTOMAS

Na maioria das vezes, a hipertensão não apresenta sintomas. Quando há algum sintoma como os citados abaixo, é preciso procurar atendimento médico imediatamente.

- Dor de cabeça e na nuca;
- Tontura;
- Zumbido no ouvido;
- Falta de ar;
- Fraqueza;
- Cansaço;
- Palpitações;
- Alterações na visão;
- Sangramento nasal espontâneo.

CONTROLE

Utilizar o mínimo de sal no preparo dos alimentos, evitar alimentos embutidos como salsicha, e hambúrguer, molhos prontos como ketchup e mostarda, carnes salgadas (bacalhau, charque, carne seca e defumados); alimentos gordurosos; frituras, excesso de bebidas alcoólicas e o hábito de fumar..

*\*MAX LIMA é especialista em Clínica Médica pelo Instituto dos servidores do Estado de São Paulo (HSPE-FMO), especialista em Cardiologia pelo Instituto Dante Pazzanese, especialista em Terapia Intensiva pela AMIB, Fellow pela Sociedade Europeia de Cardiologia, ex-conselheiro Federal de Medicina (2019-2024), presidente da SBC MT – biênio 2016-2017.*

Direito Urbanístico

Marlon Latorraca (\*)

Achei interessantes as lições doutrinárias do escritor Victor Carvalho Pinto, ao tratar do Urbanismo, em seu magnífico livro Direito Urbanístico – Plano Diretor e Direito de Propriedade. Veja-se:

“O que é muito difícil para a pessoa não acostumada ao método jurídico é compreender que as regras existentes não foram criadas para ela ou mesmo para as pessoas como ela, mas para pessoas indeterminadas, que podem pensar como ela ou de maneira completamente diferente. As pessoas honestas, em particular, sentem-se acuadas, tratadas como criminosos em potencial, pelos controles e procedimentos administrativos. Para o jurista, por outro lado, é natural a preocupação com a possibilidade de que as pessoas mal-intencionadas venham fazer uso das leis apenas em benefício próprio”.

Chamo atenção novamente, ao caso envolvendo o Condomínio Villas das Minas de Cuiabá, localizado na região do Porto, em Cuiabá (MT), composto por 496 apartamentos e que foi vítima da gestão de uma incorporadora lá pelos idos nos anos 2.000.

Agora, a mídia eletrônica noticiou a possibilidade de um acordo entre a empresa que, dizem, arrematou o bem da massa falida – na verdade não arrematou, apenas caucionou visando uma futura arrematação -, e alguns moradores do condomínio.

Chegou a este subscritor, a planilha que seria um esboço do acordo, mas, sinceramente, há uma cortina de fumaça por trás disso.

É de sabença dos moradores que este subscritor, em 2.015, já havia impedido a venda dessas unidades imobiliárias, por via de uma ação judicial.

A arrematação veio à tona, novamente em 2025, e pasmem, quatro ações patrocinadas por escritórios diferentes, tiveram decisões diferentes, e, o que é pior, pelo mesmo Juízo, daí porque as considerações do doutrinador acima mencionados são absolutamente pertinentes.

É assunto da Corregedoria do Tribunal de Justiça, é do Conselho Nacional de Justiça – CNJ? Esse mosaico de decisões? Caso a se pensar, mas o fato é que o Juiz que preside o feito desconhece que foram os próprios moradores que



finalizaram as obras do empreendimento (o Ilustre Representante do Ministério Público ao que parece desconhece também), desde a construção de muros, assentamento de piso, pintura de paredes, e hoje, por ação dos condôminos, temos um condomínio edilício exemplar.

Agora, depois de todo esse contexto, vender à Massa Falida, ou mesmo à empresa – candidata à arrematação - por valor mercadológico, é claro exemplo de enriquecimento ilícito, porque deve-se considerar a culpa da empresa, e ofertar um valor condizente, considerando as questões acima mencionadas (anote-se que tampouco ventila-se aqui as nulidades processuais, como falta de intimação dos moradores, entre outros que foram apostos em dois processos judiciais).

É preciso anotar que desde 2015, este subscritor pede uma audiência de conciliação com o Juiz da Causa, mas sempre foi tratado com vistas grossas – para se ter uma ideia, o meu pedido de tutela de urgência, que é popularmente chamado de liminar, demorou mais de cinco meses para ser analisado (sinceramente nunca vi pedido de liminar com tanto tempo para ser julgado).

Já foi oficiado, há um bom tempo, para a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, e, agora para a Defensoria Pública, para tratar o tema, envolvendo todos os nuances do caso, mas, infelizmente, sem resposta ainda.

Um novo artigo será publicado para mencionar que este caso encerra típico fato, digno de Regularização Fundiária (REURB), e já que o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, não dá (estranhamente) nenhuma resposta a este subscritor, ou o trata de forma diferente às demais ações com o mesmo objeto, vamos buscar outras instâncias.

Ou se faz e aprende Regularização Fundiária, ou estaremos, diante de uma nova letra morta da lei.

*\*MARLON LATORRACA é advogado especialista em direito imobiliário e direito e gestão pública, presidente da comissão de direito imobiliário e urbanístico da OAB/MT e membro do CMDE (Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá), além de professor universitário licenciado. E-mail: marlonlatorraca@hotmail.com*

**BLACK week**

**SulAmérica**  
TELEMEDICINA  
SEM CUSTOS PARA CONSULTAS PARA TODA FAMÍLIA

CONVÊNIO COM  
MÉDICOS, DENTISTAS  
E FARMÁCIAS

SEGURO DE VIDA  
DE ATÉ R\$10.000,00 PARA TITULAR

SEGURO FUNERAL  
NACIONAL FAMILIAR

**BR5**  
BENEFÍCIOS

**100%**  
DE DESCONTO  
NA ADESAO DE NOVOS PLANOS

plano  
**BR5 Família**

**R\$100,00**  
ADESAO

**R\$49,90**  
PAGUE SOMENTE A MENSALIDADE  
E GARANTA PARA SUA FAMÍLIA TODOS  
Nossos BENEFÍCIOS E VANTAGENS

MAIS INFORMAÇÕES  
WWW.BR5BENEFICIOS.COM.BR

(re)energisa

AXS  
ENERGIA

**ATÉ 30% DE ECONOMIA  
NA SUA CONTA DE ENERGIA**

SEM INTALAÇÕES  
SEM GASTOS  
SEM OBRAS  
ECONOMIA  
DIRETO NA SUA  
CONTA DE LUZ

Fale agora com  
nossos especialistas

**PUBLICIDADE LEGAL**

ANUNCIE BALANÇOS,  
EDITAIS E AVISOS.

**(65) 99228-9990**

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS  
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS  
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...



COMPRA CARA

# Cuiabanos sofrem com cesta básica

O aumento da última semana foi ínfimo, mas representa um aumento de 12,54% em comparação com o mesmo período no ano passado

## Fecomércio-MT

Com leve aumento de 0,03% sobre o valor registrado na semana anterior, a cesta básica atingiu um custo médio de R\$ 844,31 nesta quarta semana de abril. Apesar do preço não ter sofrido uma mudança significativa, o que representou uma elevação nominal de apenas R\$ 0,27, este é o maior valor já apurado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT). Os dados levantados mostram, inclusive, que o valor atual está 12,54% mais alto se comparado ao mesmo período de 2024. Em abril do ano passado, o custo médio era de R\$ 750,22. Nesta semana, observou-se uma queda sazonal no custo da carne bovina, que registrou variação negativa de 4,14%. De acordo com o presidente da Fecomércio-MT, José

Wenceslau de Souza Júnior, a queda no preço ajudou a conter uma elevação ainda maior no custo total da cesta. “O recuo observado nesta semana acontece justamente na Semana Santa, quando produtos como o pescado são bastante procurados nesse período do ano. Essa queda impediu que o aumento no custo da cesta fosse maior. Tirando a carne bovina, outros seis itens aumentaram de preço e a outra metade teve pouca ou nenhuma redução de preço”, afirmou Wenceslau Júnior. Na contramão, o tomate registrou aumento expressivo de 4,79% no seu preço nesta semana, chegando a custar R\$ 11,65/kg na média. A temperatura mais amena nas regiões de alta produção tem afetado a maturação dos frutos, o que limita a quantidade a ser enviada para outros estados, que

pode estar gerando aumento nos preços. Outro destaque é a batata, que já acumula seis semanas consecutivas de alta. Nesta semana, o produto teve aumento de 4,74%, custando em média R\$ 5,41/kg. O período de chuvas, aliado ao fim de safra, limitou a quantidade colhida, dificultando, assim, a oferta às grandes distribuidoras e ocasionado, consequentemente, aumento de preço do produto. Após duas semanas com redução de preço, a banana registra um aumento considerável do seu valor, de 4,91%, chegando a custar em média R\$ 9,29/kg. A desaceleração das colheitas das principais lavouras, devido ao fim de safra, pode estar relacionada com o aumento dos preços do produto. O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior reforçou que “as questões



O tomate e a batata se destacaram por apresentar aumento mais significativo no levantamento desta semana, custando quase 5% a mais

climáticas continuam sendo os principais motivos para a elevação nos preços dos produtos da cesta. No entanto, a processo infla-

cionário no país também interfere no poder de compra da população, que, segundo estudos recentes, mostram que a maioria

dos brasileiros estão comprando menos alimentos, mudando hábitos de consumo devido à alta nos preços”.

## LEVANTAMENTO EM CUIABÁ

# Intenção de Consumo recua pelo quinto mês



Intenção de Consumo das Famílias cai pelo 5º mês seguido em Cuiabá e atinge 107,2 pontos em abril, segundo a Fecomércio-MT

## Da Redação

Em queda desde dezembro de 2024, a pesquisa que monitora a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) na capital atingiu 107,2 pontos em abril, o que representa um recuo de 1,5% em relação ao mês anterior.

Essa é a quinta retração consecutiva do indicador, que já acumula uma queda de 8% no período. Em dezembro do ano passado, o levantamento registrava 116,5 pontos. O resultado atual também é inferior ao registrado em abril de 2024, quando a ICF estava

em 108,1 pontos, sinalizando uma perda de fôlego na intenção de consumo das famílias de Cuiabá tanto no curto quanto no longo prazo. Assim como ocorreu com o índice nacional, que registra retrações pelo terceiro mês consecutivo, os

dados locais refletem uma tendência de desaceleração mais ampla no comportamento dos consumidores brasileiros. O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso (Fecomércio-MT), José Wenceslau de Souza Júnior, avalia que a sequência de quedas mensais acende um sinal de alerta para o comércio e para a economia de maneira geral. A pesquisa analisada pelo IPF-MT mostra que o consumo por parte das famílias está em um ritmo lento e com tendência de piorar nos próximos meses, em razão dos juros alto e inflação elevada. É essencial que o governo desenvolva políticas públicas de estímulo ao consumo, apoiando empreendedores e controlando gastos desnecessários”, explicou Wenceslau Júnior. Apesar da retração, o indicador permanece acima dos 100 pontos, patamar que representa otimismo moderado por parte dos consumidores. Isso significa que, mesmo com as

dificuldades econômicas atuais, parte das famílias ainda acredita em alguma recuperação da renda e do mercado de trabalho nos próximos meses. No detalhamento da pesquisa, os subíndices que mais contribuíram para a queda da ICF foram os relacionados ao consumo imediato e ao crédito. O maior recuo foi registrado no componente “Compra a Prazo”, que caiu 3,4%, seguido de “Momento para Duráveis” (-2,9%), “Nível de Consumo Atual” (-2,1%) e “Emprego Atual” (-2,1%). Por outro lado, alguns indicadores apresentaram variação positiva, como “Perspectiva Profissional”, com leve alta de 0,4%, e “Renda Atual”, com crescimento de 0,2%. Em relação à percepção da renda familiar, a pesquisa mostra um certo otimismo. Mais da metade dos entrevistados (54,2%) afirmou que a situação financeira atual está melhor do que no mesmo período do ano anterior, enquanto 17,8% disseram que está pior. Esse resultado é ligei-

ramente mais favorável do que o observado na pesquisa realizada em abril de 2024. Ainda assim, o presidente da Fecomércio-MT ressalta que a queda em subíndices importantes demonstra maior prudência por parte das famílias, especialmente nos gastos de maior valor. “A retração observada em subíndices importantes como ‘Compra a Prazo’ e, principalmente, ‘Momentos para Duráveis’, sugere uma cautela crescente dos consumidores de Cuiabá em relação a gastos mais significativos”, afirmou Wenceslau Júnior. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a principal razão apontada para a diminuição da intenção de consumo é a incerteza econômica, intensificada pelo cenário de juros elevados e inflação persistente. Esses dois fatores reduzem tanto o poder de compra das famílias quanto o acesso ao crédito, dificultando a tomada de decisões de consumo mais ousadas.

## PARCERIA EM ESTUDOS

# Estado analisa cultivares de gergelim chinês

## Aprofir-MT

Mato Grosso vai iniciar estudos de cultivares de gergelim chinês. A iniciativa é parte de um Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Instituto Mato-grossense de Feijão, Pulses, Culturas Especiais e Irrigação (Imafir) e o Centro de Pesquisa de Gergelim da Academia de Ciências Agrícolas de Henan, na China. A parceria com vigência de 3 anos vai permitir o intercâmbio de conhecimento, tecnologia e inovação no cultivo de gergelim, com foco em pesquisa, desenvolvimento e comercialização internacional. O presidente do Imafir, Hugo Henrique Garcia, assinou o documento, enquanto a pesquisadora Miao Hongmei, pela China. Conforme Hugo Garcia,

a parceria simboliza um compromisso sólido com o avanço da pesquisa, da inovação e da abertura de novos mercados para produtores brasileiros, que não só fortalece o desenvolvimento técnico e científico da cadeia produtiva do gergelim, mas também amplia as possibilidades de comercialização de valor e sustentabilidade para os produtores brasileiros. “O Brasil, um dos líderes globais em produção agrícola, tem na cultura do gergelim uma oportunidade extraordinária de expansão. A China, com sua tradição e expertise no cultivo e no consumo do gergelim, torna-se um parceiro estratégico essencial nessa jornada. A troca de conhecimento e de tecnologia, aliada a boas práticas entre nossas instituições, proporcionaram

avanços significativos, não apenas no aumento da produtividade, mas também na qualidade e competitividade do gergelim brasileiro no cenário internacional, ampliando as possibilidades de comercialização”, afirmou Hugo Garcia. Na qualidade de presidente da Câmara Setorial do Gergelim do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Afrânio Migliari, que é diretor executivo da Aprofir/MT, enalteceu a parceria entre o Imafir e a academia chinesa e reforçou que ela representa o fortalecimento do intercâmbio entre países no desenvolvimento agrícola. Ele informou que o termo de cooperação teve o apoio do Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro. **COOPERAÇÃO** - A parceria prevê ensaios de

adaptação de cultivares próprias de ambas as partes; realização de testes visando conhecer a adaptabilidade de cada instituto; criação do Grupo de Trabalho para troca de informações científicas e resultados dos testes; desenvolvimento de práticas sustentáveis de cultivo e manejo pós-colheita. Estabelece troca de germoplasmas de cor branca e preta, com características que contribuam com o desenvolvimento da cultura no Brasil: precocidade, resistência a doença, indeiscência e semi-deiscência, aderência placentária, e resistência a fusariose, murchidão, cercosporiose e mancha angular. Pactua a implementação de programas de intercâmbio para pesquisadores compartilharem conhe-

cimento técnico; promoção de visitas técnicas de pesquisadores brasileiros ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, com a realização de treinamentos conjuntos na área molecular e de visitas técnicas de pesquisadores chineses aos centros de pesquisa Brasileiros: Embrapa Algodão, e ao estado de Mato Grosso para conhecer as práticas de colheita mecanizada e produção em larga escala de gergelim. **GERGELIM** - Mato Grosso é o maior produtor de gergelim do Brasil. Em 2024, o estado foi responsável por 64% das exportações brasileiras, movimentando R\$ 1,3 bilhão e enviando o produto para 26 países, incluindo Índia, México, Vietnã e Egito. Com a recente abertura do mercado chinês para o gerge-

lim brasileiro, a expectativa é transformar o grão em uma cultura mais relevante em relação ao patamar em que ele se encontra. O potencial chinês para a importação de gergelim impressiona. O país consome 1,4 milhão de toneladas por ano, importando cerca de 1 milhão de toneladas, mais que o dobro da produção brasileira. O produto é amplamente utilizado na alimentação chinesa, principalmente na produção de óleo de gergelim, ingrediente essencial na culinária asiática. Conforme dados da Embrapa, o gergelim é cultivado em 71 países, especialmente nos países do continente asiático e africano, sendo a Índia, Myanmar e a China responsáveis por 51,96% da produção mundial.



DESVIO DE R\$ 12 MI

# Processo contra Eder vai ao TJ

Juíza Alethea Assunção Santos reconheceu que crimes foram cometidos no exercício do cargo com foro privilegiado e declinou da competência



Reprodução

Eder Moraes é acusado, junto com outras pessoas, de desviar R\$ 12 milhões entre os anos de 2008 e 2009. Processo agora tramitará na Justiça Estadual

Bruna Cardoso

A juíza Alethea Assunção Santos, da 7ª Vara Criminal de Cuiabá, reconheceu a incompetência da Vara e enviou o processo contra o ex-secretário estadual Éder de Moraes e o ex-deputado estadual Percival Muniz ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Eles são acusados de desviar R\$ 12 milhões dos cofres públicos do Estado entre 2008 e 2009. A decisão é desta quarta-feira, 23 de abril.

“Diante do exposto e em consonância com o parecer ministerial, declino da competência em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, determinando-se a imediata remessa dos autos àquela Corte para apreciação. Procede-se à certificação das mídias acostadas aos autos e, desde já, autorizo a re-

messa via mídia física em caso de incompatibilidade com o sistema processual daquela Corte de Justiça”, decidiu.

Além do ex-deputado e do ex-secretário, Cláudia Angélica de Moraes Navarro, Emanuel Gomes Bezerra Júnior, Jair de Oliveira Lima, Jurandir da Silva Vieira, José Márcio Menezes e Lucia Alonso Correia também são citados na ação de corrupção ativa e passiva, decorrente de um suposto esquema envolvendo a empresa Bandeirantes Construções e Terraplanagem Ltda., entre 2008 e 2009.

A denúncia foi recebida pela justiça em 11 de abril de 2022 e, no decorrer do processo, José Marcio e Jair tiveram a prescrição reconhecida. Já Jurandir e Luciana fizeram acordo de não persecução penal (ANPP) com o Ministério Público (MPMT).

A magistrada explicou que a 7ª Vara Criminal não está apta a julgar os envolvidos, pois apenas o TJMT pode julgar deputados e secretários estaduais, como manda a Constituição do Estado de Mato Grosso.

“O foro por prerrogativa de função tem como fundamento a necessidade de garantir o adequado exercício de determinadas funções públicas, prevenindo interferências indevidas e assegurando julgamentos por órgãos jurisdicionais de hierarquia superior. Outrossim, embora a instauração do inquérito policial tenha sido instaurado em 23/06/2015, há elementos que indicam que os delitos investigados teriam sido perpetrados durante o exercício da função pública e em sua razão, o que impõe a fixação da competência originária do Tribunal de Justiça”, explicou.

## CORRUPÇÃO PASSIVA

# Ex-presidente Fernando Collor é preso em Maceió

Valter Campanato | Agência Brasil

Agência Brasil

O ex-presidente da República Fernando Collor de Mello foi preso na manhã desta sexta-feira (25) em Maceió. Segundo sua defesa, a prisão ocorreu às 4h, quando o político se deslocava para Brasília.

Ainda de acordo com a defesa de Collor, que também é ex-senador, ele iria para Brasília para o cumprimento espontâneo do mandado de prisão.

O ex-presidente foi encaminhado para a Superintendência da Polícia Federal em Alagoas.

A prisão de Collor foi determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, após negar recurso da defesa para rever uma condenação, de 2023, a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Uma sessão virtual será realizada pelo STF, para referendar a decisão de Moraes, das 11h às 23h59 desta sexta-feira (25).

Collor foi condenado em maio de 2023 a 4 anos e 4 meses pelo crime

de corrupção passiva e a 4 anos e 6 meses por lavagem de dinheiro. A acusação de associação criminosa prescreveu porque Collor tem mais de 70 anos.

No julgamento, que durou sete sessões, o STF considerou que Collor, como dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi responsável pelas indicações políticas para a BR Distribuidora, então estatal subsidiária da Petrobras, e teria recebido R\$ 20 milhões em vantagens indevidas em contratos da empresa, entre 2010 e 2014.

Em novembro do ano passado, o STF manteve a condenação, depois de rejeitar os recursos da defesa para reformar a condenação.

Na última quinta-feira (24), Moraes rejeitou um segundo recurso da defesa, por considerá-lo meramente protelatório, e determinou a prisão imediata do ex-presidente.

**TERCEIRO** - Collor foi o terceiro ex-presidente preso desde a redemocratização do Brasil. Michel

Temer foi o segundo, em investigação relacionada às obras da usina nuclear de Angra 3. O primeiro foi Luiz Inácio Lula da Silva, preso em 7 de abril de 2018 por corrupção e lavagem de dinheiro.

Segundo a defesa do ex-presidente, a prisão aconteceu enquanto Collor se deslocava para Brasília "para cumprimento espontâneo da decisão do ministro Alexandre de Moraes", que havia determinado a prisão imediata de Collor e o início do cumprimento da pena.

Antes de Collor, Temer e Lula, outros ex-presidentes foram presos, mas por motivos políticos. Apesar disso, os dois não foram os únicos a enfrentar problemas na Justiça. Desde a redemocratização, somente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não foram alvos de inquéritos ou de denúncias.

O ex-presidente José Sarney foi denunciado duas vezes pela Procuradoria-Geral da República na Operação Lava Jato, acusado de receber propina de contratos superfaturados

da Petrobras e de subsidiárias da estatal, como a Transpetro. Ele nega.

Alvos de impeachment, Fernando Collor e Dilma Rousseff também foram denunciados pela PGR. Collor, inclusive, teve denúncia aceita sob a acusação de receber propina de R\$ 20 milhões de contratos superfaturados na BR Distribuidora. O ex-presidente e atual senador nega.

**PRISÃO DE COLLOR** - Collor foi condenado em 2023 por corrupção e lavagem de dinheiro, acusado de receber R\$ 20 milhões em propinas por negócios da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, entre 2010 e 2014.

Além de Collor, os empresários Luis Pereira Duarte de Amorim e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos foram condenados pelo recebimento do dinheiro.

A propina seria para viabilizar irregularmente contratos da BR Distribuidora com a UTC Engenharia para a construção de bases de distribuição de combustíveis.



Fernando Collor é preso em Maceió para cumprir pena de 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem; decisão é do ministro Alexandre de Moraes

A decisão de Moraes incluiu a emissão do atestado de pena a cumprir pelo Juízo da Vara de Execuções

Penais do Distrito Federal, após a comunicação do cumprimento do mandado de prisão.

## PROJETO EM TRAMITAÇÃO

# Mulheres poderão exigir profissional feminina

Câmara Municipal de Cuiabá

Durante a sessão plenária da última quinta-feira (24), na Câmara Municipal de Cuiabá, o vereador Fred Gahyva (Republicanos) apresentou um projeto de lei voltado à ampliação dos direitos das mulheres no sistema de saúde público e privado da capital. A proposta assegura às pacientes do sexo feminino o direito de serem atendidas, em procedimentos específicos, por profissionais mulheres, sempre que desejarem.

Em discurso na tribuna, Gahyva destacou que a iniciativa é fruto da escuta atenta às demandas femininas e tem como objetivo assegurar respeito, acolhimento e dignidade durante os atendimentos médicos, especialmente em situações de maior sensibilidade, como exames gine-

cológicos e procedimentos invasivos.

“Hoje apresento este projeto pensando especialmente nas mulheres desta Casa e de toda a nossa cidade. Trata-se do direito da paciente mulher ser atendida por profissionais do sexo feminino nos serviços públicos e privados de saúde. Em muitos casos, elas são obrigadas a se submeter a exames íntimos com profissionais homens, o que causa desconforto e até impede algumas de buscarem o atendimento. Queremos mudar essa realidade, garantindo a essas mulheres o direito de escolha e, acima de tudo, de respeito”, afirmou o vereador.

O projeto não restringe o exercício profissional masculino, mas estabelece um mecanismo de garantia para mulheres que manifestarem preferência por atendimento com médicas,

enfermeiras ou técnicas de enfermagem — sobretudo em procedimentos mais delicados, como a histeroscopia, cuja oferta de profis-

sionais do sexo feminino é limitada, principalmente na rede privada.

Ainda em sua fala, o vereador reiterou seu com-

promisso com a pauta feminina e aproveitou para fazer um alerta quanto às propostas de alteração da legislação eleitoral que tra-

Câmara Municipal de Cuiabá



Fred Gahyva propõe garantir às mulheres o direito de serem atendidas por profissionais do sexo feminino em procedimentos de saúde em Cuiabá

mitam atualmente no Congresso Nacional.

“Hoje temos uma bancada feminina forte nesta Casa graças à legislação atual. As mudanças propostas podem parecer inofensivas, mas é preciso atenção. Muitas vezes, quem propõe essas alterações não está pensando em fortalecer a presença feminina na política. Por isso, faço aqui um apelo às nossas vereadoras e às mulheres cuiabanas: fiquem atentas, se unam e continuem lutando por seus espaços”, completou.

Ao encerrar sua fala, Gahyva prestou homenagem às mulheres que marcaram sua trajetória pessoal, reafirmando seu compromisso com a igualdade de gênero:

“O que seria de nós, homens, sem as nossas mães, avós e esposas? Sigamos juntos na luta por mais respeito, igualdade e dignidade para todas”.



CASO HELOYSA

# Laudo aponta que adolescente foi estuprada antes de ser morta

Autoria do crime ainda será investigada pela Polícia Civil. Heloysa foi assassinada na última terça-feira

Igor Guilherme

O caso brutal que chocou o Brasil ganha novos detalhes macabros após o laudo da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) apontar que a adolescente Heloysa Maria Alencastro de Souza, de 16 anos, foi estuprada antes de morrer. A adolescente foi morta na última terça-feira, 22 de abril, e seu corpo desovado em um poço localizado no bairro Ribeirão do Lipa, em Cuiabá. A declaração foi dada pelo delegado Guilherme Bertoli, em entrevista.

Até o momento, duas pessoas, pai e filho estão presos pelo envolvimento na morte de Heloysa e outros dois adolescentes estão apreendidos. Benedito Anunciação de Santana, de 40 anos e seu filho, Gustavo Benedito Junior Lara de Santana, de 18, tiveram suas prisões em flagrante convertidas para preventiva após audiência de custódia.

“Há lesões compatíveis com atos libidinosos, sem rompimento do hímen”, afirmou o delegado.

A Polícia Civil ainda vai investigar o crime para descobrir quem foi o autor do estupro.

**PRISÃO MANTIDA** - Gustavo e Benedito passaram por audiência de custódia no Fórum de Cuiabá na tarde de quinta-feira, 24 de abril, e tiveram suas prisões em flagrante convertidas em preventivas. Eles foram presos por participação na morte de Heloysa Maria de Alencastro Souza, de 16 anos, e da



Acervo Pessoal

O estupro de Heloysa Alencastro foi revelado pelo delegado durante entrevista e torna o caso ainda mais chocante do que já era

tentativa de assassinato cometida contra a mãe da adolescente, Suellen Alencastro.

Os dois suspeitos deverão ficar no raio de segurança máxima da Penitenciária Central do Estado (PCE) e vão ficar em celas distintas.

A informação sobre a conversão da prisão foi obtida em primeira mão pela reportagem do Estadão Mato Grosso. Benedito é apontado como mandante da morte de Heloysa, que foi agredida e asfixiada até a morte com um cabo USB. O corpo da vítima foi levado por Gustavo e outros dois menores, no carro de Suellen, um Hyundai HB20 Sedã, e

desovado em um poço no bairro Ribeirão do Lipa. Gustavo teria levado os dois adolescentes, supostos membros do Comando Vermelho, para participarem do crime que foi simulado como se fosse um assalto.

O alvo era a mãe de Heloysa e, no momento que os bandidos invadiram a casa, se depararam com a adolescente, que foi rendida, agredida e morta. As investigações apontam que tudo isso ocorreu sob os olhos de Benedito, que testemunhou tudo e que foi embora da casa sabendo que adolescente havia sido morta.

A mãe de Heloysa chegou minutos depois na

casa e se deparou com os criminosos, que a agrediram, mas não a mataram, pois desistiram da ação no último momento. Gravemente ferida, a mãe de Heloysa foi levada a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Leblon pelo próprio Benedito.

Logo, a Polícia Civil foi até a UPA e conduziu Benedito até a delegacia. Tudo isso enquanto outras equipes de segurança atuavam na caçada aos envolvidos na morte da adolescente.

Segundo relatos, Benedito teria premeditado o crime para se vingar de Suellen, que teria terminado o relacionamento naquele dia.

## DETERMINAÇÃO JUDICIAL

# Projetos recebem R\$ 366 mil

Júlia Munhoz | MP-MT

A Vara Única de Tapurah (388 km de Cuiabá) acolheu, na terça-feira (23), manifestação Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) para que seja efetivada a destinação de R\$ 366.444,46 a projetos voltados à proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas.

Os recursos foram obtidos em acordos de não persecução penal e transações firmadas pela Promotoria de Justiça de

Tapurah. A Justiça acaudou manifestação do promotor de Justiça Marlon Pereira Rodrigues e considerou viáveis os projetos apresentados pelas entidades Lar do Idoso São Francisco (OAMASH) e Associação de Artes Marciais, Esporte e Cultura de Tapurah - Projeto Jiu-Jitsu Inclusão.

O Projeto Jiu-Jitsu Inclusão receberá o valor de R\$ 109.628,32. O projeto Fisioterapia do Lar do Idoso foi contemplado com R\$ 65.760,00. Já o projeto

de reforma da cozinha do Lar do Idoso receberá o valor de R\$ 40.140,00.

Conforme a decisão, o valor remanescente disponível será destinado 30% ao Conselho da Comunidade da Execução Penal de Porto dos Gaúchos e 30% ao Conselho da Comunidade da Execução Penal de Lucas do Rio Verde. Outros 40% deverão ser reservados para futura seleção via edital ainda neste ano de 2025.

As destinações atendem ao disposto no art.



TJMT

Os recursos foram obtidos em acordos de não persecução penal e transações firmadas pela Promotoria de Justiça de Tapurah

## POLÍCIA

### REGIME DE VIOLÊNCIA

## Mulher que já apanhou do marido é esfaqueada por ele

Igor Guilherme

Uma mulher, de 44 anos, foi vítima de uma tentativa de homicídio na madrugada de sexta-feira, 25 de abril, após ser atacada por seu companheiro com golpes de faca. O suspeito, que já tem um histórico de violência cometido contra a mulher a atacou no abdômen e no braço. Em estado crítico, a mulher pediu socorro ao vizinho, que a levou no hospital.

Conforme informações do boletim de ocorrência, a mulher foi levada às pressas ao hospital e lá recebeu atendimento. A Polícia Militar foi acionada, esteve

no local e aos agentes, a mulher comentou que seu marido, após esfaqueá-la, fugiu do local.

A vítima ainda conta que tentou esperar até o amanhecer para procurar socorro, mas os ferimentos eram muito graves e por isso pediu socorro ao vizinho.

A Polícia saiu à caçada ao suspeito, mas o homem não foi localizado nem em sua casa ou em hotéis da região.

Só em 2024, o suspeito foi denunciado por duas vezes por violência doméstica.

O estado de saúde da mulher não foi revelado e o caso é investigado.

### CERCANDO O CRIME

## PM prende faccionado por tráfico e apreende drogas

Leandro Assis | PMMT

Policiais militares da Força Tática do 14º Comando Regional prenderam um faccionado, de 20 anos, por tráfico ilícito de drogas, na última quarta-feira (23.4), em Alto Paraguai. Com o suspeito, foram apreendidas 22 porções de drogas e R\$ 80 em dinheiro.

Durante patrulhamento, a equipe policial flagrou um homem em atitude suspeita, que tentou fugir para o interior de uma residência ao ver a viatura. Os policiais abordaram o suspeito, que afirmou pertencer a uma facção criminosa na cidade.

Em buscas, a equipe entrou na residência e localizou em uma geladeira uma grande quantidade de

maconha. Em outro cômodo, os militares localizaram mais oito porções de maconha e 13 pinos de cocaína, além de balança de precisão e uma quantia em dinheiro.

Os policiais identificaram que o homem já tem passagens criminais por tráfico de drogas e porte ilegal de arma. Diante dos fatos, o suspeito foi encaminhado para a delegacia, com o material apreendido, para as providências que o caso requer.

### DISQUE-DENÚNCIA

A sociedade pode contribuir com as ações da Polícia Militar de qualquer cidade do Estado, sem precisar se identificar, por meio do 190 ou 0800.065.3939.

*\*Sob supervisão Wellyngton Souza*

### PREJUÍZO ÀS FACÇÕES

## Força Tática apreende R\$ 50 mil em drogas no Tijucal

Wellyngton Souza | PMMT

Policiais militares da Força Tática do 1º Comando Regional apreenderam, na quarta-feira (23.4), 15 tabletes de maconha, 83 porções do mesmo entorpecente e outras sete porções de cocaína, no bairro Tijucal, em Cuiabá. Os ilícitos geraram um prejuízo de R\$ 50 mil às facções criminosas.

De acordo com o boletim de ocorrência, durante patrulhamento tático em decorrência da Operação Tolerância Zero, as equipes identificaram um homem em atitude suspeita, saindo de um conjunto de quitinetes. Ao ser surpreendido pelos militares, o homem saiu saltando muros de diversas residências.

Na fuga, o suspeito dispensou um pacote contendo diversas porções de maconha e pasta base

de cocaína. As equipes retornaram ao conjunto de quitinetes e identificaram forte odor de entorpecentes vindo de uma das residências.

No imóvel, as equipes flagraram vários tabletes de maconha e outras porções de ilícitos armazenados em uma caixa de isopor e em uma bolsa preta. Além disso, foram apreendidos três balanças de precisão e uma máquina de cartão.

Os entorpecentes apreendidos foram encaminhados à delegacia para registro do boletim de ocorrência. Os militares mantêm buscas pelo suspeito.

### DISQUE-DENÚNCIA

A sociedade pode contribuir com as ações da Polícia Militar de qualquer cidade do Estado, sem precisar se identificar, por meio do 190 ou 0800.065.3939.





JOGOS ESCOLARES

# Iniciada a etapa Sudeste 2025

Cida Rodrigues | Secel-MT

O município de Campo Verde (a 141 km de Cuiabá) sedia a primeira etapa regional da edição 2025 dos Jogos Escolares e dos Jogos Estudantis Mato-grossenses. A etapa iniciou nesta sexta-feira e vai até a próxima quarta-feira (25 a 30.4). Atletas de 12 a 17 anos da região esportiva Sudeste disputam as competições realizadas pela Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) em parceria com o município sede.

De acordo com o secretário municipal de Esporte e Lazer de Campo Verde, Cleberon de Oliveira, a expectativa é de que a população participe ativamente do evento.

"A comunidade de Campo Verde costuma se envolver e torcer muito nos eventos esportivos. A expectativa é que os Jogos Escolares movimentem nossa cidade, o comércio, o lazer. Nós nos preparamos para receber bem os jovens participantes, tudo foi planejado para ser uma etapa diferenciada, com inovação na logística e na organização", expôs o secretário municipal.

Nos Jogos Escolares, que são disputados por estudantes de 12 a 14

anos, serão 26 equipes de escolas públicas e privadas. Já nos Jogos Estudantis, atletas de 15 a 17 anos competem por 38 seleções municipais.

As duas competições ocorrem simultaneamente com disputas nas modalidades coletivas de basquetebol, futsal, handebol e voleibol.

No total, o evento recebe cerca de 700 pessoas, entre atletas e técnicos. As delegações representam os municípios de Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Guiratinga, Paranatinga, Primavera do Leste, Poxoréu, São José do Povo e Tesouro.

"É uma grande satisfação iniciar mais uma edição dos Jogos Escolares e Jogos Estudantis Mato-grossense. São eventos que envolvem atletas em idade escolar de todas as regiões do Estado. Agradecemos todos os envolvidos, comunidade escolar, município sede e participantes, por acreditarem no poder de transformação do esporte", destaca o secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, David Moura.

**ABERTURA OFICIAL E COMPETIÇÕES** - A abertura oficial do evento será na sexta (25), às 19h, no Ginásio Joubert Izaías Ro-



Campo Verde sedia etapa regional dos Jogos Escolares e Estudantis, com jovens atletas de 12 a 17 anos em disputas até 30 de abril

mancini. Com presença de público e autoridades, a solenidade é composta pela entrada oficial das delegações, hasteamento de bandeira, juramentos e acendimento do fogo simbólico.

As competições prosseguem até a próxima quarta-feira (30), nos ginásios Joubert Izaías Romancini, Monteiro Lobato e da Escola Técnica Estadual.

Distribuídas em dez regiões esportivas, as

etapas regionais ocorrem até junho em outros nove municípios-sedes: Tangará da Serra, Juína, Comodoro, Jaciara, Araputanga, Nova Mutum, Alta Floresta, Vila Rica e Barra do Garças.

	<b>LEILÃO ONLINE   CASA EM JUÍNA/MT</b> Participe em pestanaleiloes.com.br	
<small>Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, inscrita na JUCISRS sob nº 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A., inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de 13/05/25 (1º leilão) e 15/05/25 (2º leilão), ambas às 9h, o leilão do seguinte imóvel: LOTE 2 - Juína/MT, Bairro Parque dos Ipês. Rua José Roberto Gonçalves, 119-N (Lote 04 da Quadra 06). Casa. Áreas: construída 179,21m² e terreno 300,00m². Matrícula 12.757 do 1º RI Local. Obs.: Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 961.584,59, 2º Leilão R\$ 579.794,24 (caso não seja arrematado no 1º leilão). COND. DE PGTO.: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. OBS.: O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da Lei.</small>		
<small>Consulte cond. de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br   ☎ 51 3535.1010</small>		

## Educação Socioemocional

Metodologia Dr. Augusto Cury

Colégio Isaac Newton - Desde 1980

Acesse o site mais

### EDITAL DE INTIMAÇÃO

**SPE ECOPARK IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA** sob CNPJ no 20.211.920/0001-66 com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek De Oliveira, nº 1041 – Pinheiros em São Jose do Rio Preto, CEP no 15091-365. **INTIMA** por este edital, o **Sr. MANOEL BESERRA BARBOSA, CPF no 031.246.621-80**, a fim de pagar as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, juros convencionais, penalidades e os demais encargos contratuais que se responsabilizou no ato da assinatura do “Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra” do imóvel da Quadra 50, Lote 01, adquirido no loteamento ECO PARK, a contar da data da publicação deste edital, da importância apurada até **14/05/2025 no valor de: R\$ 5.261,04 (cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e quatro centavos)**, ressaldando-se, entretanto, que, não se efetuando o pagamento da referida importância, mais os valores correspondentes às prestações vencidas, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias poderá promover a **RESCISÃO** do referido contrato nos termos de sua cláusula 21a e do art. 62 da Lei 13.097/2015. Dado e passado nesta.

**São José do Rio Preto/SP, 22 de abril de 2.025.**

**LEILÃO SOMENTE ONLINE 18 IMÓVEIS**  
FECHAMENTO: 05/05/2025 a partir das 13h30

**LOCALIDADES:** AM BA GO MA MT PA PE PI PR RJ RS SP

**✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS\***

**LOTE 07 - POÇONÉ/MT - CASA**  
Rua São João Del Rey, 616 - BAIRRO JURUMIRIM  
Áreas Terreno: 302,73m² | Área Construída: 108,03m²  
Lance Mínimo: R\$ 96.000,00  
Mínimo à Vista: R\$ 86.400,00

Lances "on-line": "condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: https://VITRINEBRASECO.com.br/ (11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316 www.freitasleiloeiro.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online

**DORA PLAT**, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316, Conjunto 62, Higienópolis, São Paulo/SP autorizada pela Credora Fiduciária **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO NORTE MATOGROSSENSE E OESTE PARANENSE - SICREDI GRANDES RIOS MT/PA/AM**, inscrita no CNPJ sob nº 37.442.605/0001-42, com sede na cidade Caltier/MT, nos termos da Cédula De Crédito Bancário, nº C31532364-3, emitida em 12/06/2023, na qual figura como Fiduciante/Emitente **FELIPE EDUARDO DE OLIVEIRA NOBRE DA GRÇA**, brasileiro, divorciado, produtor agropecuário, portador da RG nº 0486821065-DETRAN/MT, inscrito no CPF/MF nº 034.014.401-79, residente e domiciliado em Paranaitá/MT, e como Avalista **THIAGO TADASHI MIYAZIMA**, brasileiro, produtor agropecuário, portador da RG nº 387101640-SSP/MT, inscrito no CPF nº 352.271.388-50, e sua conjuge **BRUNA FRANCO FIDELANZA**, brasileira, advogada, portadora da RG nº 17543304-SSP/MT, inscrita no CPF nº 015.591.291-74, casados sob o regime de comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em Guarani do Norte/MT, já qualificados na citada cédula, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratados, na forma da Lei 9.514/97. **1. LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS LEILÕES:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site [www.portalzुक.com.br](http://www.portalzुक.com.br). **2. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Terreno e suas benfeitorias**, situado na esquina da Rua 116 e Via 2, s/nº, constituído sob o lote 01-B, Setor Residencial Norte, Paranaitá/MT. Área construída estimada: 30,00m² e Área de 128,24m². **Imóvel a ser vendido em caráter "ocupado".** **3. DATA DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO:** 06/05/2025, às 14:00h. **4. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:** Arremate: Somente à vista, dentro do prazo de 24h. **Comissão:** Além do valor do arremate, o comprador também deverá pagar o valor de 5% à **leiloeira a título de comissão**, no prazo de 24h. O arrematante será comunicado por e-mail e deverá acessar a área do cliente no site [www.portalzुक.com.br](http://www.portalzुक.com.br) e seguir as instruções de pagamento constantes da página. **5. LANCES:** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastram-se no site [www.portalzुक.com.br](http://www.portalzुक.com.br) e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. Sobrevindo lance nos 3 minutos antecedentes ao horário de fechamento do lote, o prazo de envio de lances será automaticamente prorrogado por mais 3 minutos. Esse procedimento será repetido quantas vezes forem necessárias, garantindo que todos os interessados tenham a oportunidade de ofertar novos lances. Somente serão aceitos, lances recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, devidamente constituídas e com personalidade jurídica própria. Estrangeiros deverão comprovar sua permanência legal e definitiva no país. Os interessados, se pessoa física, deverão portar documentos para identificação (RG e CPF). Menor de 18 anos, só poderá adquirir algum imóvel, se emancipado ou assistido, por seu representante legal. Se pessoa jurídica, os representantes deverão estar munidos de documentos pessoais (RG e CPF), bem como de cópias autenticadas do CNPJ, Estatuto ou Contrato Social e alterações, onde conste, a forma de representação da empresa. A representação por terceiros, deverá ser feita por procuração pública, com poderes especiais para o ato. **6. DIREITO DE PREFERÊNCIA:** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º do artigo 27 da Lei 9.514/97, nas datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse, através do e-mail [direitodepreferencia@portalzुक.com.br](mailto:direitodepreferencia@portalzुक.com.br). A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos advogados. **7. OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, sendo que as áreas mencionadas no edital são meramente enunciativas e as fotos divulgadas do imóvel são meramente ilustrativas. Eventual regularização das áreas de terreno, construída, assim como o logradouro/numeração, perante a Prefeitura, Cartório de Registro de Imóveis e demais órgãos, ficarão a cargo do arrematante que assumirá os custos, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade, inclusive foro e laudêmio, se for o caso. Ficará a cargo do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas neste edital, bem como deverá cientificar-se previamente, das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis ao imóvel, no tocante às restrições de uso do solo ou zoneamento, e ainda, das obrigações e dos direitos, decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso. Ficará a cargo do arrematante também todas as despesas relativas à transferência da propriedade, na forma do item 8 do presente edital, e as despesas e encargos necessários para a liberação ou desocupação do imóvel, para os casos de imóveis vendidos em caráter "ocupado". **8. TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE:** Caso haja arrematante, que em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao vendedor. O arrematante deverá apresentar a matrícula comprovando o registro da transferência da propriedade em até 60 dias da finalização/assinatura do instrumento/escritura. Correrão por conta do Arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, laudêmio, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros e averbações de qualquer natureza, bem como todos os encargos para liberação do imóvel com eventuais pendências ou ônus, desde que apontados na descrição do lote específico. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regulam a atividade da Leiloeira. **9. DÉBITOS:** O arrematante é responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras, de qualquer natureza, que incidam sobre o imóvel desde a data da arrematação, devendo providenciar a alteração de titularidade junto aos órgãos públicos e/ou concessionárias de serviços, passando a responder, integralmente, por todas as obrigações relativas ao imóvel, inclusive: (a) por impostos, taxas, contribuições e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ou que sejam a ele inerentes, tais como despesas de condomínio, foros, laudêmos, exigências apresentadas por autoridades públicas e despesas em geral; (b) pela manutenção e conservação do imóvel e reparações, segurança do imóvel e medidas necessárias à imissão ou defesa da posse; e (c) por construções, reformas e demolições que venha a realizar no imóvel e obtenção das respectivas aprovações/regularizações necessárias. O arrematante deverá pagar tais obrigações em seus vencimentos, ainda que lançadas em nome do credor ou de seus antecessores. **10. INADIMPLÊNCIA/DESISTÊNCIA:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da conclusão da compra, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, caracteriza a desistência por parte do arrematante, antes da finalização da escritura do imóvel, na forma estabelecida no parágrafo 2º do mesmo artigo, devendo apresentar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Além disso, o nome do arrematante inadimplente poderá ser incluído em sistemas de proteção ao crédito, como o Serasa. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer valor pelo arrematante, para caso de desistência, antes da finalização da escritura do imóvel, a escritura de venda e compra ou instrumento cabível, será lavrada(o) em até 60 dias, contados da data do leilão (desde que não haja pendência documental que impeça a lavratura da Escritura Pública). A escolha do tabelião



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2025  
PROCESSO Nº 0160/2025

(A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, Lei Municipal 1.953/2021 e demais legislações complementares). Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: PROCESSO LICITATÓRIO, A SER REALIZADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRIMAVERA DO LESTE. Setor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Regime de Fornecimento: INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. Modo de Disputa: ABERTO. SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES. Dia: 12 de maio de 2025. Hora: 08:30 horas (Horário de Brasília – DF). Local: www.licitanet.com.br. LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTA EDITAL. Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente). Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local. LOCAL: Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT  
http://www.primaveradoleste.mt.gov.br ou www.licitanet.com.br.  
Primavera do Leste – MT, 25 (sexta-feira) de abril de 2025.  
Juliana Martins Marques  
Pregoeira  
Original Assinado nos Autos do Processo

A empresa NICOLAS GUSTAVO DE OLIVEIRA - EPP, CNPJ 28.422.600/0001-67, torna público que requereu junto a SEMA/MT, a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA-LAS, para sua atividade de Serraria Com Desdobro e Beneficiamento de Madeira, localizada à Rod. MT 170, KM 262, s/n, Lote B, Área de Expansão Urbana na cidade de Brasnorte – MT.

A empresa R. ROSANELI & CIA LTDA, CNPJ 36.948.626/0001-71, torna público que requereu junto a SEMA/MT, a LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO – LAC, para a atividade de Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira, Exceto Móveis, localizada à Rua 02, S/n, Lote 03, 04, 09 E 10, Quadra 018, Loteamento Distrito Industrial, na cidade de Guarantã do Norte – MT.

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE"), CNPJ 10.319.371/0001-94, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso - SEMA/MT o Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e renovação da Licença de Operação nº 329185/2023, válida até 08/09/2025 para operar a Linha de Transmissão de 230 kV SE UHE Dardanelos - SE Juína, nos municípios de Aripuanã - MT, Castanheira - MT, Juruena - MT e Juína - MT. Este ativo foi transferido por determinação regulatória da Empresa Energética Águas da Pedra S/A. (CNPJ: 08.768.414/0001-77) para a EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (CNPJ 10.319.371/0001-94), em 16/12/2024. Seu licenciamento ambiental na SEMA/MT está migrando do processo físico para o digital.

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA  
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, torna público a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto refere-se Registro de Preços Para Futura E Eventual Aquisição De Ônibus Rural para Atender às Necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Araputanga-MT, com abertura prevista para o dia 28/04/2025 às 09h00min, horário de Brasília. Em virtude das impugnações e esclarecimentos levantados pelos fornecedores. Assim que for decidido os questionamentos e impugnações será divulgada nova data. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, no Paço Municipal, sito à Rua Antenor Mamedes, n.º 911, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo e-mail seplan3@araputanga.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 99935-6670.  
Araputanga/MT, 25 de abril de 2025.

Dalvan Nonato Alves  
Secretário de Administração

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

O Exmo. Sr. Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga/MT, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando que o processo supracitado transcorreu em completa normalidade, legalidade e em conformidade com a legislação de regência resolve HOMOLOGAR o presente certame, para que produza os efeitos legais. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARADIDÁTICOS, DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISMO (TEA), PARA A REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Fornecedor: UP SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA, inscrita sob CNPJ n.º. 54.909.646/0001-15. Valor Total: R\$ 9.960,00 (nove mil e novecentos reais). Fundamento Legal: Art. 74, I, § 1º – Lei Federal nº 14.133/2021.  
Araputanga–MT, 25 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO –  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: “MENOR PREÇO”.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através do Agente de Contratação, realizará a Concorrência Eletrônica em epígrafe às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 13 de maio de 2025, na Plataforma Eletrônica “Portal de Compras do Governo Federal” www.gov.br/compras/pt-br, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: “Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na Rua Padre Rolim, no bairro Jardim Vila Rica, no município de Rondonópolis MT, conforme estudo técnico preliminar - etp, projeto básico/ executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico/ executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social anexo ao edital”. Os interessados poderão retirar o processo contendo o edital e anexos de forma completa, de maneira gratuita no “Portal de Compras do Governo Federal” www.gov.br/compras/pt-br, ou na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Duque de Caxias, n.º 1000, Bairro Vila Aurora, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do e-mail licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br/licitacoes/.

Rondonópolis-MT, 24 de abril de 2025.  
Nicholas André Ferreira Martins  
Superintendente de Compras e Licitação

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RONDONÓPOLIS-MT  
SERVSAÚDE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A diretora executiva do SERV SAÚDE – Instituto de assistência a saúde dos servidores públicos municipais de Rondonópolis, estado de Mato grosso, em conformidade com o art.74 incisos IV e art.79 incisos II da lei 14.133/2021 e alterações posteriores HOMOLOGA e ADJUDICA o processo de EDITAL DE CREDENCIAMENTO/ INEXIGIBILIDADE 01/2025. Sendo aptas para credenciamento e posterior contratação até o momento as seguintes pessoas jurídicas: AMANDA A ALVES, CNPJ 36.018.044/0002-77, para prestação de serviços na especialidade de PNEUMOLOGISTA. Consulta e procedimentos clínicos, cirúrgicos e invasivos, diagnósticos e terapêuticos. Código TCE MT 0004455, item 19. Valor Global do contrato R\$ 50.000,00; CORDEIRO E RESENDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ 53.428.825/0001-78, para prestação de serviços na especialidade de GINECOLOGISTA. Consulta e procedimentos clínicos, cirúrgicos e invasivos, diagnósticos e terapêuticos. Código TCE MT 0004222, item 30 e serviços na especialidade de HEMATOLOGISTA, Consulta e procedimentos clínicos, cirúrgicos e invasivos, diagnósticos e terapêuticos. Código TCE MT 0004560, item 44. Valor Global do contrato R\$ 100.000,00 DREL ATIVIDADES MÉDICAS LTDA, CNPJ 13.694.626/0001-97, para prestação de serviços na especialidade de OTORRINARINGOLOGISTA Consulta e procedimentos clínicos, cirúrgicos e invasivos, diagnósticos e terapêuticos. Código TCE MT 0004675, item 36 Valor Global do contrato R\$ 180.000,00 M R M COSTA, CNPJ 33.434.685/0001-33, para prestação de serviços na especialidade de GINECOLOGISTA consulta e procedimentos clínicos, cirúrgicos e invasivos, diagnósticos e terapêuticos. Código TCE MT 0004222, item 30 Valor Global do contrato R\$ 50.000,00 NATALIA PEREIRA SANTOS NUTRICIONISTA, CNPJ 59.257.836/0001-19, para prestação de serviços na especialidade de NUTRICIONISTA, consulta e sessões. Código TCE MT 216076-5, item 45 Valor Global do contrato R\$ 40.000,00  
Rondonópolis – MT 25 de abril de 2025.  
GEANE LINA TELES  
Diretora Executiva do Serv Saúde  
Portaria 36.600

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES  
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Município de Barra do Bugres – MT, torna público que a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025, está SUSPENSO, para análise de impugnações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão de licitação, no Departamento de licitações, Paço Municipal, sito à Praça Felipe F. Mendes, 1000, Centro, das 07:00 às 13:00, telefone (065)3361-3868 ou site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, e Site: www.licitanet.com.br.  
Barra do Bugres-MT, 25 de abril de 2025.  
Edirlei Soares da Costa  
Agente de Contratação

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Secretaria De Estado De Infraestrutura E Logística (sinfra-mt), torna público que requereu junto a Secretaria De Estado De Meio Ambiente – SEMA a Licença Por Adesão E Compromisso (LAC), para a obra de Restauração na Rodovia MT-430, código S.R.E.: SRE430EMT0070; SRE430EMT0080 – Trecho: Entr: MT-510 (início pavimentação) (pl Santa Cruz Do Xingú) - Div. Santa Cruz Do Xingú/São José Do Xingú; div. Santa Cruz do Xingú/São José Do Xingú - fim pavimentação, com extensão total de 52,89 km.

Marcelo de Oliveira e Silva  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

RODOMOUSE TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 35.156.848/0001-99, torna público que requereu junto a SAMA/SORRISO/MT a renovação da Licença de Operação (LO) e a Alteração da Razão Social para o desenvolvimento das atividades Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores localizado na Perimetral Sudeste, lote 01-B, n° 8539, Expansão Urbana/Portal Kaiaibi, Lat: -12° 34' 38.75" Long: -55° 43' 57.37" Município de Sorriso/MT, não foi determinado EIA-RIMA.

COMÉRCIO AGRÍCOLA DO CERRADO LTDA (MATRIZ), CNPJ: 08.427.345/0001-38, com sede na rua Rio Claro, nº 1178, sala 02 - Parque Industrial Fabricio Vetrasso Mendes, CEP 78.746-734, Rondonópolis – MT torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária de Rondonópolis-MT – SEMMAAP a alteração de razão social para COMÉRCIO AGRÍCOLA DO CERRADO LTDA (FILIAL), CNPJ: 08.427.345/0002-19 com sede rua Rio Claro, nº 1178, - Parque Industrial Fabricio Vetrasso Mendes, CEP 78.746-734, (Município de Rondonópolis/MT.(Protege Engenharia - 66 99600 8284).

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES  
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 005/2025

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através do Agente de contratação Sr. Benjamin da Silva Queiroz, nomeado pela portaria 50/2025, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 005/2025, do tipo MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, PROJETOS PADRONIZADOS DO FNDE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N. 962637/2024/FNDE/CAIXA. Início de Recebimento das Propostas: 28/04/2025 a partir das 14h. Fim de Recebimento das Propostas: 10/06/2025 até às 08h40min. Início da Disputa: às 9h do dia 10/06/2025. Local: www.bnc.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário Brasília/DF. Data Abertura: 10/06/2025. Hora Abertura: 9h00min. Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 13h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via e-mail: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Conco rrencia-publica/. Nobres, 25 de abril de 2025.

Benjamin da Silva Queiroz - Agente de Contratação

A empresa NICOLAS GUSTAVO DE OLIVEIRA - EPP, CNPJ 28.422.600/0001-67, torna público que requereu junto a SEMA/MT, a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA-LAS, para um Picador Fixo instalado em seu pátio, localizado à Rod. MT 170, KM 262, s/n, Lote B, Área de Expansão Urbana na cidade de Brasnorte – MT.

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
LUCAS DO RIO VERDE

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N.009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 3.742/2025

Objeto: Aquisição de mochila para uso dos servidores dos setores de arrecadação e fiscalização da Autarquia SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), visando atender às necessidades operacionais, garantir o transporte seguro de materiais e promover a ergonomia no exercício de suas atividades externas.

Realização: Por meio do site: blil.org.br.com.br

Data de Início para o recebimento das propostas: das 08h00min do dia 29/04/2025 até as 08h00min do dia 08/05/2025 (horário de Brasília).

Data e horário de início da sessão: Dia 08/05/2025 às 9h00min (horário de Brasília).

Edital Completo: Afixado no endereço Rua Catuipe, Nº 1889 E, Bairro Rio Verde, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549-8300 e na Internet, site www.lucasdoriorverde.mt.gov.br e site blil.Editor.org.br.com.br

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 6.090/2022 e 6.253/2023 e demais legislações aplicáveis ao caso.

Lucas do Rio Verde MT,25 de abril de 2025.

Paulo Vicente Nunes  
Diretor Autarquia SAAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT  
AVISO DE LICITAÇÃO -  
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 07/2025

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 104/2023, e demais legislação aplicável, MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 07/2025. OBJETO: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, BEM COMO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, como o fornecimento de peças acessórios multimarcas, através de redes de estabelecimentos credenciados pela contratada, com a implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão da frota, com tecnologia de cartão magnético com chip (tipo smart) ou cartão com tarja magnética, para atendimento à frota municipal, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT. DATA DE ABERTURA: 15/05/2025 AS 09:00 HORAS (HORARIO DE BRASILIA), O Edital completo poderá ser obtido das 08:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações no e-mail licitacao@valedesaodomingos.mt.gov.br, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br, www.licitanet.com.br.

Vale de São Domingos – MT, 25 de Abril de 2025.  
Edinaldo Ferreira de Santana Presidente  
Pregoeiro

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE  
AVISO DE RESULTADO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025  
EGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025

Objeto: Pregão Eletrônico com Registro de Preço, para contratação de empresa para o fornecimento de peças de enxoval de bebe para composição de kits para gestantes, para atender as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Empresas vencedoras valor total: R\$ 39.792,00 (trinta e nove mil e setecentos e noventa e dois reais): GARNET AVIAMENTOS LTDA (59012372000180) com os itens: 8 e 9 no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais). MALHARIA E CONFECÇÃO JOLEN LTDA (00867760000109) com o item: 10 no valor total de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA (10430444000110) com os itens: 2, 4, 5 e 13 no valor total de R\$ 13.104,00 (treze mil e cento e quatro reais). G. C. AMORIM CONFECÇÕES (32294249000143) com o item: 7 no valor total de R\$ 1.994,00 (um mil e novecentos e noventa e quatro reais). D S J CONFECÇÕES LTDA (48911914000130) com os itens: 3 e 11 no valor total de R\$ 5.096,00 (cinco mil e noventa e seis reais). KARLA KAROLINE FONTES MENESES 06749199550 (37937325000105) com os itens: 12, 14 e 15 no valor total de R\$ 4.318,00 (quatro mil e trezentos e dezoto reais). JOÃO E MARIAATELIÉ LTDA. (43449716000183) com os itens: 1 e 6 no valor total de R\$ 8.480,00 (oito mil e quatrocentos e oitenta reais).

Lucas do Rio Verde – MT, 25 de abril de 2025.  
Beatriz Sousa Campos  
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2023

CREDENCIAMENTO Nº 010/2023 - RATIFICAÇÃO - ATA 12

O Prefeito de Lucas do Rio Verde, Sr. Miguel Vaz Ribeiro, torna publico, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 040/2023, Credenciamento nº 010/2023, com objeto: “CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na realização de consultas, exames e procedimentos médicos de forma a complementar a cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde – Sistema Único de Saúde, à pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.”, a empresa MANUELLAALMEIDABASTOS LTDA inscrita com o CNPJ n.º 35.285.797/0001-03, será credenciada no item 25. Estando aptos para prestar os serviços até o período de 19/02/2026, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 25 da Lei 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

Lucas do Rio Verde, 25 de Abril de 2024.  
Miguel Vaz Ribeiro  
Prefeito

ESPOLIO DE VITORIO VARRASQUIM - INV. JORGE LUIZ VARRASQUIM, Portador do CPF nº 040.407.411-10, torna público que requereu junto à SEMA-Secretaria de Estado do Meio Ambiente-MT, a Licença de Plano de Manejo Florestal Sustentável referente a Fazenda Rancho Alegre, localizada no município de São Jose do Rio Claro - MT.

anuncie  
CONOSCO

Jornal  
ESTADÃO  
Mato Grosso

(65) 99830-1111

CASA DOS VIDROS  
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMÍNIO

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

Linhas: Suprema, Gold, 30 Infinite, 42 Reforçada. Cores: Bronze, Branco, Prata Fosco, Amadeirado, Preto.

SERRALHERIA COMPLETA Máquinas de última geração

Fale Conosco (65) 3642-3344 Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285 Bosque da Saude, Cuiabá – MT, 78050-175 www.casadosvidrosmt.com.br





SAVE THE DATE  
Vem aí a FeijoWarner!

Marcada para o dia 1º de junho, a feijoada mais esperada do circuito social promete encantar pelo diferencial que faz toda a diferença: o anfitrião! Alegria, espontaneidade, samba no pé com passistas e ritmistas dão o tom da festa que já nasce com o tempero certo: sabor, animação e estilo. Imperdível!



O olhar e o sorriso de quem fez, faz e fará no judiciário mato-grossense. Desembargador Orlando Perri na cena social do final de semana!



Parabéns pra você! Neste domingo, o bonitão aí da foto, Daniel Monteiro, vereador de destaque na Câmara Municipal, recebe os devidos cumprimentos da coluna, votos de vida longa e profícua carreira política. Vai congestionar as redes sociais recebendo felicitações e homenagens de eleitores e amigos!



Ai, que loucura, ai, que chique! A revista #PraVocê, da rede de supermercados BigLar, acertou em cheio ao trazer na capa a intelectual Malu Crepaldi, deslumbrante, inteligente e bem-humorada, ao lado dos filhos, que não ficam atrás. Os cirurgiões-dentistas Caco Crepaldi e Adriana Crepaldi, e o oncologista André Henrique Crepaldi, completam o time. Na matéria, a família reafirma a tradição de celebrar o Dia das Mães com pratos especiais temperados com ingredientes afetivos: memórias, tradição e amor. A coluna agradece a gentileza da Genius Publicidade que forneceu a fotografia



Os arquitetos Cristian Oliveira, Isabella Fernandes, Erika Queiroz e sua filha, Júlia Queiroz, recém-chegados da prestigiada Semana de Design de Milão, na Itália, voltaram cheios de inspiração. Em busca de tendências e inovação, o grupo mergulhou no que há de mais atual no universo da arquitetura e do design mundial. A experiência promete render novos olhares e ideias que, com certeza, se refletirão nos próximos projetos dos profissionais



Casalão de hoje, o juiz Dr. Márcio Guedes ao lado de sua elegante e bonita esposa, a arquiteta Fernanda Guedes enobreceram a festa L' Apogée deste colunista. Obrigado queridos pela presença e prestígio



Expressivos e promissores, o jovem casal, Fernando Lima Ambrósio, ele gerente do Sicredi Santa Rosa, e a mulher, Isabela Prado Moraes, advogada na Sinfra, onde ocupa importante cargo no setor de licitações da pasta. Ah... esqueci de dizer que são lindos, simpáticos, elegantes e enfeitaram a noite L'Apogée



O amor está no ar! Milton Farah Pereira e Débora Finazzi Luz Farah celebraram suas bodas de cedro em clima de união e gratidão, ao lado dos filhos Caio Victor Luz Pereira e Heitor Luz Pereira. Uma história de 36 anos marcada por afeto, parceria e família. Que venham as próximas comemorações!

GOURMET

É preciso dizer — e eu quero falar — que meu amigo Milton Farah Pereira foi homenageado pelos deputados Wilson Santos, Eduardo Botelho e pela Associação dos Profissionais de Cozinha de Mato Grosso (APCMT). Recebeu uma moção de aplausos pelos relevantes serviços prestados à nossa culinária. Milton é chef, especialista em culinária árabe e italiana. Precisou? É só ligar: (65) 99200-5080.



Tradição, beleza e elegância que põem à mesa. Giordana Ribeiro Cardozo e sua mãe, a rondonopolitana (cacerense) mais elegante há décadas, Ana Rúbia Ribeiro Cardozo, também prestigiaram a celebração dos meus 35 anos de colunismo social